



AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA
SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL

NOME: _____

INSCRIÇÃO: _____

CARGO: _____

LOCAL: Campo Grande - MS

Data: _____ Horário: _____

CONCURSO PÚBLICO

AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL - IAGRO

EDITAL N.º 1/2024

FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO

Duração: 4h (quatro horas)

Leia atentamente as instruções abaixo:

01 Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno, com **80 (oitenta)** questões da prova objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo:

GRUPO 1	GRUPO 2		GRUPO 3	GRUPO 4
LÍNGUA PORTUGUESA	NOÇÕES BÁSICAS DE INFORMÁTICA	RACIOCÍNIO LÓGICO	LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL E APLICADA À DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
1 a 15	16 a 25	26 a 30	31 a 50	51 a 80

b) Um cartão de respostas destinado à marcação da alternativa correta.

- 02 Verifique se este material está em ordem e se o seu nome, RG, cargo e número de inscrição conferem com os dados que aparecem no cartão de respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.
- 03 Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do cartão de respostas, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.
- 04 No cartão de respostas da prova objetiva, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra correspondente ao número da questão e preenchendo todo o espaço interno, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.

Exemplo: A B C D E

- 05 Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas **5 (cinco) alternativas** classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
- 06 O candidato poderá entregar seu cartão de respostas, seu caderno de questões e retirar-se da sala de prova somente depois de decorrida **2 (duas) horas** do início da prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o Termo de Ocorrência declarando sua desistência do certame, que será lavrado pelo Coordenador do local.
- 07 **Não** será permitido ao candidato retirar-se do local de prova a qualquer tempo portando o caderno de questões.
- 08 Será fornecida folha específica para rascunho, na qual o candidato poderá anotar manualmente as alternativas marcadas no respectivo cartão de respostas. Ao terminar a prova, o candidato entregará, obrigatoriamente, seu cartão de respostas e o seu caderno de questões ao fiscal da sala, sob pena de eliminação do concurso.
- 09 Reserve os **30 (trinta)** minutos finais para marcar seu cartão de respostas. Os rascunhos e as marcações assinaladas no caderno de questões não serão levados em consideração.
- 10 Os **3 (três)** últimos candidatos permanecerão sentados até que todos concluem a prova ou que termine o seu tempo de duração, devendo assinar a ata de sala e retirar-se juntos.
- 11 Não deixe de preencher o campo de identificação do caderno de questões.

GRUPO 1

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir:

Conceder também é preservar

Por Helio Secco

De uns tempos para cá, temos visto alguns formadores de opinião criticando o que chamam de “perversa privatização de áreas verdes”. Os motivos para que isso esteja acontecendo podem ser analisados sob diferentes perspectivas. Uma delas é a sedutora romantização a respeito de um Estado provedor e controlador de quase tudo no cotidiano do cidadão. Outra diz respeito à contrariedade causada, em determinados setores da sociedade, quando Poder Público e empresas se articulam, de forma exitosa, para a operação sustentável de atrativos ambientais. A concessão de parques públicos para a iniciativa privada se insere nesse contexto.

O que esses formadores de opinião omitem é que esse tipo de concessão significa agregar valor socioeconômico ao meio ambiente preservado, sem comprometer recursos do Tesouro Público e sem sujeitar a pauta ambiental à interferência danosa de grupos políticos. Aí é que reside a maior motivação para tamanha repulsa à participação privada em projetos relacionados à preservação ambiental: os eternos “donos” desse debate público no país não se conformam com o fato de não monopolizarem mais as narrativas sobre o tema.

E não monopolizam mais porque é crescente a realidade de concessões privadas bem-sucedidas em unidades de conservação brasileiras federais, estaduais e municipais. Nesse sentido, vale citar os exemplos de concessões de ativos ambientais presentes no Parque Nacional do Iguazu; ou mesmo as parcerias feitas do Parque Estadual da Cantareira, em São Paulo, e do Parque da Rota das Grutas Peter Lund, em Minas Gerais.

Todas essas concessões conseguiram aumentar os níveis de visitação, com a oferta de serviços como hospedagem, alimentação, além de atividades de lazer e entretenimento na natureza. Paralelo a isso, a fiscalização territorial foi aprimorada, o que beneficia a segurança pública dessas áreas. E mais: nenhuma dessas parcerias deixou de ter a participação do órgão público ambiental responsável na gestão da unidade.

A título de ilustração, podemos traçar um paralelo com os EUA, um país com um número de parques nacionais semelhante ao do Brasil e bastante íntimo desse modelo de concessões. Os norte-americanos faturam mais de 17 bilhões de dólares por ano, com mais de 307 milhões de visitantes por ano, enquanto nós nos restringimos a 15 milhões de visitantes anuais, e, conseqüentemente, a um faturamento de apenas 3 bilhões de reais.

Cabe ainda lembrar, até mesmo àqueles que fingem não distinguir os conceitos, que concessão é completamente diferente de privatização. Um contrato de concessão possui mecanismos de acompanhamento e fiscalização por parte do Poder Público concedente, a fim de salvaguardar interesses públicos diversos, a depender de cada contexto. [...]

Helio Secco. Biólogo, graduado em gestão pública, doutor em ciências ambientais e diretor técnico da Falco Ambiental Consultoria

Fonte: <https://www.jb.com.br/brasil/opiniaio/artigos/2024/07/1050803-conceder-tambem-e-preservar.html>. Excerto. Acesso em 02/08/2024

1. O autor do texto apresenta uma visão bem definida acerca das concessões de parques públicos à iniciativa privada. Na perspectiva de Helio Secco, esse tipo de concessão:

- A) agrega valor socioeconômico ao meio preservado
- B) é uma forma perversa de privatização de áreas verdes
- C) põe em risco os recursos do Tesouro Público, sempre muito escassos
- D) é um tipo de romantização sedutora a respeito de um Estado controlador e provedor
- E) contraria os reais interesses públicos, considerando que inevitavelmente haverá degradação ambiental

2. Ao evocar o exemplo dos parques nacionais norte-americanos, o autor do texto demonstra que:

- A) no cenário mundial, somente os EUA são prósperos no campo do turismo ecológico
- B) a privatização de parques públicos será um modelo ainda mais vantajoso que o de concessão
- C) o Brasil nunca alcançará os EUA, apesar de nossa política ambiental já ser muito moderna e avançada
- D) a situação dos EUA não é um bom exemplo, apesar de receber anualmente 307 milhões de visitantes por ano
- E) o nosso país, por analogia, pode melhorar bastante o seu faturamento com as concessões de parques públicos

3. Na palavra OPINIÃO, há:

- A) um tritongo
- B) um hiato e um dígrafo
- C) um hiato e um ditongo
- D) um encontro consonantal e um hiato
- E) um encontro consonantal e um dígrafo

4. Em “Cabe ainda lembrar, até mesmo àqueles que fingem não distinguir os conceitos, que concessão é completamente diferente de privatização” (6º parágrafo), o uso do acento grave na palavra é:

- A) justificado, pois houve contração da preposição a com pronome demonstrativo
- B) justificado, pois toda palavra oxítona ou proparoxítona terminada em -s é acentuada
- C) um erro de digitação, pois não há crase quando há substantivos masculinos no plural
- D) justificado, pois a crase sempre ocorre com quaisquer pronomes possessivos ou demonstrativos
- E) um erro de digitação, já que o acento grave só é utilizado na contração de preposição a com artigo a

5. Na palavra PRIVATIZAÇÃ, o elemento destacado é:

- A) um radical que indica “venda” ou “doação”
- B) um sufixo que indica ato ou ação de fazer algo
- C) o mesmo prefixo encontrado na palavra AÇÃO
- D) o mesmo sufixo encontrado na palavra NAÇÃO
- E) um prefixo sempre empregado na formação de verbos

6. Em “Os motivos para que isso esteja acontecendo podem ser analisados sob diferentes perspectivas” (1º parágrafo), as palavras destacadas são classificadas, respectivamente, como:

- A) advérbio e conjunção
- B) advérbio e preposição
- C) pronome e conjunção
- D) pronome e preposição
- E) preposição e conjunção

7. Em “O que esses formadores de opinião **omitem** é que esse tipo de concessão significa agregar valor socioeconômico ao meio ambiente preservado” (2º parágrafo), o verbo em destaque está flexionado na:

- A) primeira pessoa do plural do presente do indicativo
- B) segunda pessoa do plural do presente do subjuntivo
- C) segunda pessoa do plural do presente do indicativo
- D) terceira pessoa do plural do presente do subjuntivo
- E) terceira pessoa do plural do presente do indicativo

8. Leia o trecho a seguir, extraído do segundo parágrafo do texto:

“[...] os eternos “donos” desse debate público no país não se conformam com o fato de não monopolizarem mais as narrativas sobre o tema.”

Nesse trecho, a palavra “donos” foi empregada entre aspas porque:

- A) é um neologismo típico do meio jornalístico
- B) se trata de um estrangeirismo muito usado no Brasil
- C) é um termo muito presente em títulos de jornais e revistas
- D) foi extraída de uma conhecida obra acerca do tema do meio ambiente
- E) evoca um sentido irônico, uma vez que os debates não têm donos em sentido literal

9. “[...] vale **citar os exemplos de concessões de ativos ambientais**” (3º parágrafo). À luz da norma-padrão, todo trecho destacado poderia ser reescrito da seguinte forma:

- A) cita-os
- B) citá-los
- C) cita-los
- D) cita-nos
- E) citar-lhes

10. Em “**Outra** diz respeito à contrariedade causada, em determinados setores da sociedade, quando Poder Público e empresas se articulam, de forma exitosa, para a operação sustentável de atrativos ambientais” (1º parágrafo), no texto, o elemento destacado faz referência ao termo:

- A) motivo
- B) opinião
- C) perspectiva
- D) privatização
- E) romantização

11. Em “Os norte-americanos faturam mais de 17 bilhões de dólares por ano, com mais de 307 milhões de visitantes por ano” (5º parágrafo), o sujeito da oração é:

- A) visitantes
- B) americanos
- C) norte-americanos
- D) os norte-americanos
- E) mais de 17 bilhões de dólares por ano

12. Em “E não monopolizam mais porque é **crescente** a realidade de concessões privadas bem-sucedidas em unidades de conservação brasileiras federais, estaduais e municipais” (3º parágrafo), o termo destacado é classificado como:

- A) predicativo
- B) objeto direto
- C) objeto indireto
- D) agente da passiva
- E) complemento nominal

13. Em “Outra diz respeito à contrariedade causada, **em determinados setores da sociedade**, quando Poder Público e empresas se articulam, **de forma exitosa**, para a operação sustentável de atrativos ambientais” (1º parágrafo), os termos destacados são classificados, respectivamente, como:

- A) aposto e vocativo
- B) adjunto adverbial e adjunto adverbial
- C) adjunto adverbial e adjunto adnominal
- D) adjunto adnominal e adjunto adverbial
- E) adjunto adnominal e adjunto adnominal

14. As palavras BRASILEIRAS e PARCERIAS são compostas, respectivamente, de:

- A) três sílabas e três sílabas
- B) quatro sílabas e três sílabas
- C) quatro sílabas e quatro sílabas
- D) cinco sílabas e quatro sílabas
- E) cinco sílabas e cinco sílabas

15. “Paralelo a isso, a fiscalização territorial foi **aprimorada**, o que **beneficia** a segurança pública dessas áreas” (4º parágrafo). Se os termos destacados fossem substituídos, respectivamente, por um antônimo e por um sinônimo, a frase poderia ser reescrita da seguinte forma:

- A) “Paralelo a isso, a fiscalização territorial foi aperfeiçoada, o que auxilia a segurança pública dessas áreas”
- B) “Paralelo a isso, a fiscalização territorial foi apurada, o que ampara a segurança pública dessas áreas”
- C) “Paralelo a isso, a fiscalização territorial foi vilipendiada, o que prejudica a segurança pública dessas áreas”
- D) “Paralelo a isso, a fiscalização territorial foi negligenciada, o que favorece a segurança pública dessas áreas”
- E) “Paralelo a isso, a fiscalização territorial foi prejudicada, o que desfavorece a segurança pública dessas áreas”

GRUPO 2

NOÇÕES BÁSICAS DE INFORMÁTICA

16. Um técnico de informática está consertando uma placa-mãe padrão ATX, que contém um componente responsável pelo controle de diversos dispositivos de entrada e saída, como o barramento de comunicação do processador, o acesso à memória, o acesso ao HD, os periféricos on-board e off-board, a comunicação do processador com a memória RAM, entre outros dispositivos da placa-mãe. Esse tipo de componente denomina-se:

- A) AGP
- B) PCIx1
- C) VESA
- D) Chipset
- E) Controler

17. Um usuário do MS Outlook, em sua versão atual, precisa usar um recurso para chamar a atenção de um outro usuário em uma mensagem. O recurso para essa ação é realizado por meio da sintaxe:

- A) @nomedousuário
- B) \$nomedousuário
- C) %nomedousuário
- D) !nomedousuário
- E) *nomedousuário

18. Um usuário do navegador Google Chrome, em sua versão mais atual, digitou as teclas de atalho SHIFT+ESC. Isso significa que esse usuário deseja:

- A) abrir os downloads com nova guia
- B) abrir o Gerenciador de tarefas do Chrome
- C) definir o foco no primeiro item na barra de ferramentas do Chrome
- D) reabrir guias fechadas anteriormente na ordem em que foram fechadas
- E) definir o foco no último item à direita na barra de ferramentas do Chrome

19. Um usuário de uma máquina com sistema operacional MS Windows, em sua versão mais atual, precisou renomear um diretório, utilizando teclas de atalho. Para isso, ele selecionou o diretório e digitou a(s) tecla(s) de atalho:

- A) F2
- B) ESC
- C) ALT + F1
- D) CTRL + F2
- E) SHIFT + ESC

20. Uma empresa está escolhendo o Sistema Operacional para os seus computadores de rede. Foi examinado o MS Windows, na versão atual, pois esse sistema operacional suporta uma ampla variedade de hardwares e softwares, sendo ideal para diferentes necessidades e requisitos; e também porque usuários podem instalar uma variedade de aplicativos e programas, desde jogos até softwares de produtividade. Observou-se também que o MS Windows é aderente a uma vasta gama de periféricos, significando que os usuários podem conectar esses dispositivos ao seu computador e utilizá-los sem problemas. Essas características do MS Windows são identificadas como sendo de:

- A) segurança
- B) integração
- C) amigabilidade
- D) personalização
- E) compatibilidade

21. Um administrador de rede de computadores instalou um serviço de transferência de arquivos baseado em um protocolo de transferência de arquivos seguro que utiliza o protocolo SSH (Secure Shell) para criptografar e proteger a comunicação entre cliente e servidor. O protocolo por meio do qual esse serviço foi montado é o:

- A) FTP
- B) RTP
- C) SFTP
- D) TFTP
- E) Telnet

22. Uma empresa precisa adquirir mídias de armazenamento tradicionais, que tenham as características de: permitirem gravar e apagar informações várias vezes, usarem tecnologia óptica e poderem armazenar mais que 4 GB de informação. Esse tipo de mídia é o:

- A) CD
- B) CD-R
- C) DVD-R
- D) CD-RW
- E) DVD-RW

23. Um usuário de uma planilha MS Excel, na versão 201X, confeccionou a seguinte tabela:

LINHA/COLUNA	B	C
L8	3	4
L9	3	6
L10	4	7

Na célula D11, escreveu a fórmula “=(MED(B8:C10))”, copiou-a e colou-a para a célula D13.

A nova fórmula foi executada e apresentou como resultado o número:

- A) 4
- B) 5
- C) 5.5
- D) 6
- E) 6.5

24. Uma empresa vai implantar uma intranet em sua principal filial. Uma característica desse tipo de arranjo, que o diferencia de um arranjo de internet tradicional, é que, nesse caso:

- A) ele conecta pessoas e organizações do mundo
- B) o gerenciamento de rede é somente da empresa
- C) a rede é gerenciada por todas as empresas que a compartilham
- D) a rede é de uso público geral, não requer senhas ou códigos de acesso
- E) ele oferece acesso a uma grande variedade de conteúdos, inclusive de outras empresas, de forma direta

25. Um usuário de computador, ao investigar o conteúdo de sua máquina, constatou que nela existe um vírus do tipo Keylogger. Isso significa que:

- A) um invasor externo vai poder sobrecarregar a máquina do usuário, fazendo-a travar ou ser impossível de operar por um tempo longo
- B) o tráfego de acesso à internet por meio dessa máquina vai ser manipulado, de modo que o usuário irá a um site falso, que vai roubar seus dados
- C) um invasor externo irá utilizar a camada 4 do TCP/IP para sobrecarregar o processador da máquina desse usuário, até a máquina ficar inutilizada e precisar ser trocada
- D) tudo o que está sendo digitado na máquina desse usuário vai ser registrado em um arquivo, que será utilizado por uma pessoa maliciosa para ver senhas e textos importantes deste usuário
- E) um hacker vai poder utilizar uma rota escondida, burlando o sistema de segurança do computador, de modo a invadir discretamente a máquina do usuário para roubar arquivos e dados

GRUPO 2

RACIOCÍNIO LÓGICO

26. Certo dia, Jairo fez as seguintes afirmações:

- a probabilidade de eu viajar no próximo carnaval é de $1/20$.
- a probabilidade de eu pedir demissão após esse carnaval é de $5/8$.

Considerando que Jairo viajar no próximo carnaval e ele pedir demissão após esse carnaval são eventos independentes, a probabilidade de Jairo não viajar no próximo carnaval e não pedir demissão após esse carnaval está mais próxima de:

- A) 31%
- B) 34%
- C) 36%
- D) 39%
- E) 42%

27. Setecentas bolas, entre elas, uma única de cor preta, foram enfileiradas da seguinte maneira: à direita da bola preta foram colocadas apenas bolas vermelhas e à esquerda dessa bola preta foram colocadas apenas bolas azuis, de forma que a quantidade de bolas vermelhas correspondesse ao dobro da quantidade de bolas azuis. Se essas bolas foram numeradas sequencialmente de 1 a 700, da esquerda para a direita, a bola preta recebeu o número:

- A) 234
- B) 235
- C) 236
- D) 237
- E) 238

28. O número máximo de maneiras diferentes de Douglas escolher dois ou mais destinos de viagem, tendo disponível um total de cinco destinos distintos, sem levar em conta a ordem de escolha, é:

- A) 25
- B) 26
- C) 27
- D) 28
- E) 29

29. Sobre uma competição de surfe, uma pessoa fez as seguintes afirmações **P** e **Q**:

P: Se André tirar nota maior que 8,9, então Bruno não está classificado.

Q: Bruno está classificado e Carlos ainda não estreou.

Sabendo que **P** e **Q** são falsas, é necessariamente verdadeiro que:

- A) André tirou nota maior que 8,9 e Carlos ainda não estreou.
- B) Se Carlos estreou, então André não tirou nota maior que 8,9.
- C) André não tira nota maior que 8,9 ou Carlos ainda não estreou.
- D) Se André tirar nota maior que 8,9, então Carlos ainda não estreou.
- E) André não tira nota maior que 8,9 se, e somente se, Carlos ainda não estreou.

30. Considere a tabela-verdade a seguir.

P	Q	R	$P \rightarrow \sim R$	$Q \rightarrow (P \rightarrow \sim R)$
V	V	V		
V	V	F		Z
V	F	V	X	Y
V	F	F		
F	V	V		
F	V	F		
F	F	V		
F	F	F		

Na tabela, cada uma das letras **X**, **Y** e **Z** está substituindo um dos valores lógicos **V** (verdadeiro) ou **F** (falso).

Ao substituir corretamente **X**, **Y** e **Z**, respectivamente, por seus valores lógicos, obtemos:

- A) V, V e V
- B) V, V e F
- C) F, V e V
- D) F, V e F
- E) F, F e V

GRUPO 3

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL E APLICADA À DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

31. A Política Agrícola Nacional é composta por ações e instrumentos que foram estabelecidos de acordo com fundamentos definidos na Lei Federal n.º 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Nesse sentido, a defesa agropecuária tem entre seus objetivos:

- A) assegurar a saúde dos rebanhos animais
- B) estimular a recuperação das áreas em processo de desertificação
- C) compatibilizar as ações da Política Agrícola com as de Reforma Agrária
- D) proteger o meio ambiente e estimular a recuperação dos recursos naturais
- E) promover a idoneidade dos insumos e serviços empregados na agricultura

32. Visando à promoção da saúde, as ações de vigilância e defesa sanitária dos animais e dos vegetais serão organizadas, sob a coordenação do Poder Público, nas várias instâncias federativas e no âmbito de sua competência. A esfera em que isso ocorre em articulação, no que for atinente à saúde pública, com o Sistema Único de Saúde é conhecida como:

- A) Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
- B) Superintendência de Planejamento Agrícola
- C) Complexo de Assistência e Extensão Rural
- D) Secretaria do Desenvolvimento Agrícola
- E) Confederação Nacional da Agricultura

33. O planejamento agrícola deve ser feito de forma democrática e participativa, através de planos nacionais de desenvolvimento agrícola plurianuais, planos de safras e planos operativos anuais. Nesse sentido, o Poder Público tem por dever desenvolver e manter atualizada uma base de indicadores sobre o desempenho do setor agrícola, a eficácia da ação governamental e:

- A) as ações educativas para o uso eficiente de agrotóxicos
- B) os efeitos e impactos dos programas dos planos plurianuais
- C) o monitoramento das atividades de uso de produtos fitossanitários
- D) as táticas de assistência profissional executadas nos planos de safra
- E) o processo de industrialização junto às respectivas áreas de consumo

34. O serviço de defesa sanitária animal no Estado de Mato Grosso do Sul é matéria regulada pela Lei Estadual n.º 3823 de 21/12/2009. Seu exercício compreende o conjunto de ações gerais e de medidas típicas necessárias para propiciar o/a:

- A) desenvolvimento e a participação em pesquisas
- B) inventário dos rebanhos e grupamentos de animais
- C) erradicação de doença sujeita à comunicação obrigatória
- D) vistoria de animal provindo de outra unidade da Federação
- E) estabelecimento de regiões ou zonas de alta vigilância sanitária

35. O exercício institucional da defesa sanitária animal em todo o território de Mato Grosso do Sul é de competência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (SEPROTUR), por meio de sua vinculada Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (IAGRO). Observados os limites, os direitos, os deveres e as prerrogativas legais ou regulamentares e os direitos e deveres dos administrados, assim como respeitadas as competências da União e dos Municípios, compete à IAGRO, por meio de seus agentes:

- A) fiscalizar a validade do produto ou subproduto de origem animal, especialmente alimento
- B) criar, autorizar, habilitar e homologar medidas indispensáveis para a redução de doença
- C) divulgar a ocorrência de toda doença em animais de pasto em veículo de comunicação de grande circulação
- D) praticar ato atípico de controle de animal ou de outro bem, ou realizar operação relativa à circulação de qualquer um deles
- E) controlar, fiscalizar, inspecionar ou vistoriar animal, com especial atenção para aquele provindo de outra unidade da Federação ou a ela destinado

36. Existem requisitos necessários para o exercício de atividades ou para a utilização de bens no interesse da defesa sanitária animal. Nesse sentido, a pessoa natural ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, deve estar aparelhada, habilitada ou preparada, conforme o caso, para:

- A) exigir o cumprimento da medida aplicada ou indicada para o caso concreto
- B) abater animal, assim como coletar, extrair, obter ou retirar produto de animal
- C) aplicar medidas de emergência sanitária quando há ocorrência de doença de animal
- D) realizar evento cultural e indicar, conforme o caso, a participação de servidores no evento
- E) indicar medida de vigilância sanitária no âmbito epidemiológico e, sempre que necessário, colaborar com a autoridade competente

37. A obrigatoriedade de prévia inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal, produzidos no Estado de Mato Grosso do Sul e destinados ao consumo, é um dever legal no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul. As enfermidades passíveis de aplicação de medidas sanitárias deverão ser notificadas pelo Serviço de Inspeção e Fiscalização Sanitária Estadual, especificamente, para a:

- A) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo
- B) Divisão Especial de Atenção à Suspeita de Enfermidades Emergenciais ou Exóticas
- C) Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal
- D) Divisão de Defesa Sanitária Animal
- E) Secretaria de Estado de Fazenda

38. O Serviço de Inspeção Estadual (SIE/MS) atua na garantia da proteção da saúde da população, na identidade, na qualidade e na segurança higiênico-sanitária dos produtos de origem animal destinados aos consumidores. É uma atribuição do SIE/MS:

- A) realizar o inventário dos rebanhos e grupamentos de animais
- B) estimular a participação popular para o exercício da educação sanitária
- C) assegurar a ideal qualidade ou idoneidade do produto ou subproduto de origem animal
- D) emitir certificados de análises laboratoriais e diagnósticos de doenças ou de vacinações
- E) realizar o planejamento, a organização, a direção e o controle de programas de interesse à Saúde Pública

39. A prévia inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal, produzidos no Estado de Mato Grosso do Sul, destinados ao consumo, é imposta por lei. A norma legal determina que, constatada a existência de atividade que cause risco ou ameaça à saúde, ou se ficar demonstrado que houve fraude ou embaraço à ação fiscalizadora, é aplicada a seguinte medida:

- A) suspensão da atividade
- B) interdição total ou parcial do estabelecimento
- C) condenação e inutilização da matéria-prima utilizada
- D) interdição, cancelamento do registro e da licença de funcionamento
- E) notificação, quando o infrator for primário, e advertência, quando reincidente

40. Visando à adesão do Estado à Plataforma de Gestão Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foi instituída, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a Guia de Trânsito Animal no formato eletrônico. Essa guia recebe a seguinte denominação:

- A) e-PGA
- B) e-GTA
- C) e-GPTA
- D) e-PGTA
- E) e-IAGRO

41. Há um limite de tempo em que os animais podem permanecer em transporte rodoviário contínuo. Após esse período, é obrigatória a parada do veículo para o descanso dos animais e fornecimento de água e alimentação. O referido limite é de:

- A) 8 horas
- B) 10 horas
- C) 12 horas
- D) 14 horas
- E) 16 horas

42. A guia eletrônica de trânsito manual poderá ser utilizada em todo o Estado. Sua emissão fica autorizada para todas as espécies animais e para todas as finalidades, nas unidades veterinárias de atendimento local da IAGRO (Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal), e diretamente pelo produtor rural por meio da web, conforme diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)/IAGRO, observado que:

- A) a utilização de modelos de guia eletrônica emitida a partir de máquinas de terminais móveis é vedada
- B) a IAGRO manterá estoque de formulários de Guia de Trânsito Animal manual para casos que não se enquadrarem nas regras previstas em decreto
- C) haverá modelo único de guia eletrônica definido e regulamentado pelo órgão estadual executor de defesa sanitária animal (IAGRO) para todas as espécies de animal
- D) todos os modelos de guia eletrônica serão impressos em 1 (uma) via, de acordo com a Instrução do MAPA, pelo produtor, na WEB, e nas unidades veterinárias de atendimento local da IAGRO
- E) a guia eletrônica emitida por meio da web poderá ser utilizada em todas as regiões do estado, pelos estabelecimentos rurais cadastrados no órgão estadual de defesa sanitária animal em todos os casos

43. No âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a Guia de Trânsito Animal (GTA) no formato eletrônico, e-GTA, foi instituída visando, entre seus motivos, efetuar ajustes na legislação visando à adesão do Estado à Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). De acordo com o decreto estadual que dispõe sobre a Guia de Trânsito Animal eletrônica (GTA):

- A) o cancelamento da e-GTA pode ser feito pelo seu solicitante apenas no dia seguinte após a sua emissão
- B) os produtores deverão cadastrar a senha nas unidades da SEFAZ para acessar ao serviço de solicitação de e-GTA
- C) os cancelamentos sucessivos de e-GTAs, não pode impedir a realização de novas solicitações do documento por parte do produtor
- D) as informações disponibilizadas na e-GTA, referentes à transação comercial realizada, são de exclusiva responsabilidade do solicitante do documento
- E) a solicitação de emissão da e-GTA somente será permitida para os cadastrados na IAGRO com o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), dispensada a inscrição no SEFAZ

44. A Declaração Semestral de Rebanhos e a Atualização Cadastral deverão ser realizadas pelo produtor rural ou seu representante legal, em caráter compulsório. Na hipótese de envolver as explorações pecuárias localizadas na região do Planalto e do Pantanal, essas ações devem ocorrer no seguinte período:

- A) de 1º de abril a 31 de abril, e de 1º de outubro a 31 de outubro
- B) de 1º de janeiro a 31 de janeiro, e de 1º de agosto a 31 de outubro
- C) de 1º de maio a 31 de maio, e de 1º de novembro a 30 de novembro
- D) de 1º de junho a 30 de junho, e de 1º de dezembro a 30 de dezembro
- E) de 1º de março a 31 de março, e de 1º de setembro a 30 de setembro

45. O regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, que disciplina a fiscalização e a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, estabelece diversos conceitos normativos. Entre eles, está o de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), que é o/a:

- A) sistema que identifica, avalia e controla perigos que são significativos para a inocuidade dos produtos de origem animal
- B) investigação desenvolvida pela Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
- C) pesquisa feita pelo estabelecimento para controle de processo e monitoramento da conformidade das matérias-primas, dos ingredientes, dos insumos e dos produtos
- D) atividade laboratorial dotada de natureza pericial, realizada a partir de amostra oficial de contraprova de resultado da amostra da análise contestada por uma das partes envolvidas
- E) verificação dos parâmetros de identificação um produto quanto à sua natureza e modo de apresentação, estabelecido por meio de Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade

46. O Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal adota uma série de concepções para os fins nele estabelecidos. Nesse sentido, a remoção física de resíduos orgânicos, inorgânicos ou de outro material indesejável das superfícies das instalações, dos equipamentos e dos utensílios é a definição de:

- A) higienização
- B) sanitização
- C) assepsia
- D) sanidade
- E) limpeza

47. O Serviço de Inspeção Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul (SIE/MS) tem competência legal para inspecionar todo estabelecimento que recebe, abate animais de diferentes espécies, ou industrialize produtos cárneos. O SIE/MS pode atuar em conjunto com outros órgãos e instituições federais, estaduais ou municipais, observada a seguinte atribuição o/a:

- A) verificação dos meios de transporte de animais vivos
- B) avaliação do bem-estar dos animais destinados ao abate
- C) classificação de produtos de origem animal, de acordo com os padrões fixados em lei
- D) planejamento, a organização, a direção e o controle de programas de interesse à Saúde Pública
- E) aplicação de medida administrativa ou sanitária e de sanção a comportamentos ilícitos, conforme cada caso

48. A medida de abate sanitário de animal pode ser aplicada, pela autoridade da IAGRO, no caso em que a apreensão do animal ou a interdição prévia de domicílio, estabelecimento ou local decorra das causas previstas em lei. O abate sanitário:

- A) é proibido quanto ao animal encontrado sem o controle ou a identificação exigida
- B) é previsto apenas para o caso de animal comprovadamente portador de doença grave
- C) deve ser feito em estabelecimento autorizado pelo Serviço de Inspeção Sanitária Oficial
- D) pode ser realizado para salvaguardar a saúde de outros animais, a saúde humana e a seguridade social
- E) deve ocorrer por imposição exclusiva da autoridade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

49. Os produtos de origem animal, produzidos no Estado de Mato Grosso do Sul e destinados ao consumo, devem passar obrigatoriamente por prévia inspeção e fiscalização. Na forma da lei que dispõe sobre as normas que regulam a obrigatoriedade de prévia inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal, produzidos no Estado de Mato Grosso do Sul, a inspeção e a fiscalização serão realizadas nos estabelecimentos:

- A) rurais destinados à manipulação de matéria prima animal
- B) que recebam o pescado, para expedição ou para industrialização
- C) fornecedores de matéria prima destinados ao processamento de alimentos
- D) que recebam as diferentes espécies de animais, para abate ou para industrialização
- E) que produzam e recebam ovos in natura para beneficiamento ou para industrialização

50. O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) é organizado em diversas instâncias federativas. À instância central e superior desse sistema compete o/a:

- A) manutenção dos informes nosográficos
- B) controle de trânsito de animais e plantas
- C) coordenação das ações de educação sanitária
- D) manutenção do sistema de informações epidemiológicas
- E) coordenação das campanhas de erradicação de pragas e doenças

GRUPO 4

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

51. Os ruminantes apresentam algumas características específicas no trato digestório. Tais modificações foram decorrentes da evolução, principalmente devido ao tipo de dieta, sendo baseada em alimentos com alto teor de fibra. Uma característica que os diferencia dos não ruminantes é a presença de:

- A) dentes incisivos superiores
- B) enzima alfa-amilase na saliva
- C) rúmen como o principal sítio digestivo
- D) rúmen, retículo e omaso com função fermentativa
- E) estômago multicavitário com duas câmaras fermentativas

52. A Febre Aftosa é uma doença de notificação obrigatória, causada por um vírus altamente contagioso, que acomete principalmente os animais de produção. Atualmente, existem seis sorotipos diferentes que são endêmicos em algumas partes do mundo: A, O, SAT1, SAT2, SAT3 e Asia1. No Brasil, foram detectados os sorotipos:

- A) O, A e C
- B) A, C e SAT1
- C) Asia1, A e O
- D) A, SAT1 e Asia1
- E) SAT1, SAT2, SAT3

53. A Raiva é uma zoonose de caráter viral agudo grave, que afeta o sistema nervoso central da maioria dos mamíferos. É causada pelo vírus do gênero *Lyssavirus*. Das três espécies de morcegos hematófagos existentes no Brasil, a principal espécie tida como a transmissora da Raiva aos herbívoros é a:

- A) *Sturnira lilium*
- B) *Artibeus lituratus*
- C) *Desmodus rotundus*
- D) *Platyrrhinus lineatus*
- E) *Chiroderma villosum*

54. *Salmonella* é uma bactéria que pode causar intoxicação alimentar em seres humanos e, em casos raros, pode levar a graves infecções e até mesmo à morte. São exemplos de sorovares de importância para a saúde animal, porém que não afetam a saúde humana:

- A) *Salmonella* Enteritidis e *Salmonella* Pullorum
- B) *Salmonella* Gallinarum e *Salmonella* Pullorum
- C) *Salmonella* Enteritidis e *Salmonella* Gallinarum
- D) *Salmonella* Enteritidis e *Salmonella* Typhimurium
- E) *Salmonella* Gallinarum e *Salmonella* Typhimurium

55. Em conformidade com a Nota Técnica n.º 9, de 2019, após a extração do mel, o produto deve ser submetido à filtragem obrigatória, em estabelecimento que atenda à recomendação expressa no Código Sanitário dos Animais Terrestres da Organização Mundial de Saúde Animal – OIE – 2018, com malha do filtro cujos poros sejam de até:

- A) 0,12 mm
- B) 0,22 mm
- C) 0,32 mm
- D) 0,42 mm
- E) 0,52 mm

56. A Instrução Normativa n.º 45, de 15 de junho de 2004, que aprova as Normas para a Prevenção e o Controle da Anemia Infecciosa Equina, define contraprova como um exame laboratorial realizado a partir:

- A) da amostra original, identificada, lacrada e conservada a -20°C, para fins de novo diagnóstico
- B) de uma nova coleta, identificada, lacrada e conservada a -20°C, para fins de novo diagnóstico
- C) da amostra original, identificada, lacrada e conservada a -20°C, para fins de confirmação do diagnóstico
- D) de uma nova coleta, identificada, lacrada e conservada a -20°C, para fins de confirmação do diagnóstico
- E) de uma parte de uma nova amostra, identificada, lacrada e conservada a -20°C, para fins de diagnóstico

57. Para fins de fiscalização e registro, os estabelecimentos avícolas de reprodução devem ser classificados segundo sua finalidade, de acordo com as espécies de produção – galinhas, marrecos, patos e perus, em categorias. A categoria Estabelecimento Matriseiro é definida como:

- A) estabelecimento importador, exportador e produtor de aves de um dia para produção de bisavós
- B) granja ou núcleo de recria de matrizes de um dia produtoras de aves comerciais de corte e postura
- C) estabelecimento importador, exportador e produtor de aves de um dia de aves de corte e postura comerciais
- D) estabelecimento avícola que recebe ovos férteis provenientes de estabelecimentos matrizeiros para fins de classificação, seleção e armazenamento
- E) granja ou núcleo de matrizes, importadora, exportadora e produtora de ovos férteis para produção de aves comerciais de corte ou de postura comercial

58. Segundo a Instrução Normativa n.º 8, de 3 de abril de 2007, a zona provisoriamente livre de Doença de Aujeszky é definida como zona ou região do país onde:

- A) todos os animais positivos do rebanho e animais de outros rebanhos que foram expostos ao contágio por contato direto ou indireto com o vírus da doença foram sacrificados e com a destruição das carcaça há pelo menos um ano
- B) a ausência da doença vem sendo provisoriamente demonstrada, segundo as recomendações do Código Sanitário dos Animais Terrestres da Organização Mundial de Saúde Animal, e a vacinação encontra-se proibida há pelo menos um ano
- C) a ausência da doença vem sendo sistematicamente demonstrada, segundo as recomendações do Código Sanitário dos Animais Terrestres da Organização Mundial de Saúde Animal, e a vacinação encontra-se proibida há pelo menos dois anos
- D) a ocorrência da doença atinge mais de 1% do rebanho suídeo e menos de 10% dos estabelecimentos de criação existentes, segundo as recomendações do Código Sanitário dos Animais Terrestres da Organização Mundial de Saúde Animal
- E) a ocorrência da doença atinge menos de 1% do rebanho suídeo e menos de 10% dos estabelecimentos de criação existentes, segundo as recomendações do Código Sanitário dos Animais Terrestres da Organização Mundial de Saúde Animal

59. A Síndrome das Manchas Brancas é uma das doenças de notificação obrigatória em crustáceos, sendo causada por:

- A) vírus
- B) príon
- C) toxina
- D) bactéria
- E) protozoário

60. Boas Práticas são procedimentos que devem ser adotados para atingir um determinado padrão de identidade e qualidade de um produto e/ou de um serviço na área de alimentos, cuja eficácia deve ser avaliada por meio da inspeção e/ou da investigação. A Garantia da Qualidade compreende as informações sobre:

- A) as condições internas e externas do ambiente
- B) os padrões a serem adotados pelo estabelecimento
- C) o processo de seleção, de capacitação e de ocupação do pessoal envolvido no processo
- D) a forma de organização, operacionalização e avaliação do sistema de controle de qualidade do estabelecimento
- E) o tipo de condição de transporte dos produtos visando garantir a sua qualidade e os respectivos controles higiênicos sanitários

61. As doenças notificáveis foram subdivididas em quatro listas pela Instrução Normativa n.º 50, de 24 de setembro de 2013. Faz parte da Lista 3 – Doenças que requerem notificação imediata de qualquer caso confirmado para ovinos e caprinos:

- A) varíola
- B) maedi-visna
- C) doença de nairobi
- D) agalaxia contagiosa
- E) peste dos pequenos ruminantes

62. A vigilância epidemiológica tem como propósito fornecer orientações técnicas permanentes aos responsáveis e execução de ações de controle de doenças e agravos. Os dados e as informações que alimentam o Sistema de Vigilância Epidemiológica são de suma importância para a tomada de ações de controle. Os dados de morbidade podem ser obtidos mediante o/a:

- A) preenchimento de declarações de óbitos, mesmo considerando o sub-registro, que é significativo em algumas regiões do país
- B) notificação de casos e surtos, produção de serviços ambulatoriais e hospitalares, investigação epidemiológica, busca ativa de casos, estudos amostrais e de inquéritos
- C) quantificação da população e informações sobre suas condições de vida: número de habitantes e características de sua distribuição, condições de saneamento, climáticas, ecológicas, habitacionais e culturais
- D) constatação de qualquer indício de elevação do número de casos de uma patologia, ou da introdução de outras doenças não incidentes no local e, conseqüentemente, o diagnóstico de uma situação epidêmica inicial
- E) detecção precoce de surtos e epidemias pelo sistema de vigilância epidemiológica estruturado, com acompanhamento constante da situação geral de saúde e da ocorrência de casos de cada doença e agravo de notificação

63. São medidas de prevenção e controle de Leishmaniose Visceral dirigidas à população humana:

- A) manejo e saneamento ambiental
- B) exame sorológico e uso de repelentes
- C) uso de mosquiteiro de malha fina e repelentes
- D) eliminação de fonte de umidade e exame sorológico
- E) destino adequado dos resíduos orgânicos e eliminação de fonte de umidade

64. A Toxoplasmose é uma zoonose causada por um protozoário, encontrado nas fezes de gatos e outros felinos, que pode se hospedar em outros animais e humanos. A forma de transmissão congênita ocorre por:

- A) inoculação acidental
- B) transplante de órgãos
- C) transfusão sanguínea
- D) inalação de aerossóis contaminados
- E) propagação de mãe para filho durante a gestação

65. A classificação das epidemias, de acordo com a sua progressão no tempo, possibilita a avaliação da evolução dos casos. A exposição prolongada por exposição múltipla ocorre quando:

- A) os casos aparecem, em rápida sucessão e num curto período de tempo
- B) nas situações anteriores, ocorrem casos secundários, em forma de uma segunda onda tardia
- C) a duração máxima de todo o surto se encontra dentro do período máximo de incubação
- D) a epidemia surge, aumenta de intensidade e declina, sugerindo a existência de um veículo comum de transmissão
- E) o período de incubação é curto, com abundância de formas clínicas e inaparentes, constituindo-se em vários focos de propagação

66. Conforme a Instrução Normativa n.º 1, de 13 de janeiro de 2020, fica proibida, em todo território nacional, a importação, a fabricação, a comercialização e o uso de aditivos melhoradores de desempenho que contenham os antimicrobianos:

- A) tetraciclina, tilosina e metilina
- B) tilosina, lincomicina e tiamulina
- C) tetraciclina, ciprofloxacina e tilosina
- D) metilina, tiamulina e cefalosporina
- E) cefalosporina, penicilina e lincomicina

67. Para os efeitos da Lei n.º 12.689, de 19/07/2012, medicamento de referência de uso veterinário é o:

- A) fármaco ou princípio farmacologicamente ativo recomendado pela Organização Mundial da Saúde
- B) toda substância química, biológica, biotecnológica ou preparação manufaturada cuja administração seja aplicada de forma individual ou coletiva
- C) medicamento veterinário inovador registrado no órgão federal competente e comercializado no país, com eficácia, segurança e qualidade comprovadas cientificamente
- D) medicamento de uso veterinário que contém o mesmo princípio ativo, concentração e forma farmacêutica do medicamento de referência, mas cujos excipientes podem ou não ser idênticos
- E) medicamento que contém os mesmos princípios ativos, concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica do medicamento de referência

68. A resistência aos antimicrobianos é um dos grandes desafios em termos de saúde pública, podendo causar impactos tanto na saúde humana, quanto na saúde animal. O Plano de Ação Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos no Âmbito da Saúde Única (PAN-BR), define atividades a serem executadas com o objetivo de combater a resistência no país. Segundo o PAN-BR, amostras devem ser coletadas para avaliação da resistência aos antimicrobianos, de acordo com o ponto de monitoramento. Nas granjas e propriedades de avicultura de corte, a coleta deve ser feita em:

- A) conteúdo cecal
- B) suabes de arrasto
- C) carcaças de frango
- D) recortes de carne de frango
- E) esfregadura de superfície de carcaças

69. Para fins de conformidade à Instrução Normativa ANVISA n.º 162, de 1º de julho de 2022, o termo molusco é usado para espécies como:

- A) lula e camarão
- B) vieiras e ostras
- C) ostras e lagostim
- D) camarão e lagostim
- E) mexilhão e camarão

70. A Instrução Normativa n.º 46, de 28 de agosto de 2018, que estabelece o regulamento técnico para exportação de bovinos, bubalinos, ovinos e caprinos vivos, destinados ao abate ou à reprodução, informa que, no Estabelecimento de Pré-embarque, os animais selecionados permanecerão durante todo o período estabelecido no requisito sanitário acordado com o país importador, nunca por menos de:

- A) 7 dias
- B) 8 dias
- C) 9 dias
- D) 10 dias
- E) 11 dias

71. A Instrução Normativa n.º 20, de 21 de outubro de 2016, estabelece o controle e o monitoramento de *Salmonella* spp. nos estabelecimentos avícolas comerciais de frangos e perus de corte e nos estabelecimentos de abate de frangos, galinhas, perus de corte e reprodução, registrados no Serviço de Inspeção Federal (SIF). De acordo com a Instrução, os estabelecimentos avícolas comerciais de corte registrados no Serviço Veterinário Estadual (SVE) passarão por uma avaliação clínica, epidemiológica e zootécnica de seus lotes, no mínimo, a cada:

- A) três meses
- B) dois meses
- C) seis meses
- D) cinco meses
- E) quatro meses

72. A Scrapie faz parte do grupo de doenças priônicas que acomete ovinos, sendo uma enfermidade fatal. Em caso de suspeita clínica fundamentada em animal vivo, devem ser realizadas coletas de amostras oriundas de:

- A) punção de líquido
- B) impressão de córnea
- C) raspado de mucosa lingual
- D) biópsia de pele da região cervical
- E) tecido linfóide da terceira pálpebra

73. O Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT), instituído pela Instrução Normativa n.º 2, de 10 de janeiro de 2001 e regulamento pela Instrução Normativa n.º 10, de 03 de março de 2017, tornou obrigatória a vacinação de bezerras bovinas e bubalinas entre:

- A) 2 e 6 meses de idade
- B) 3 e 8 meses de idade
- C) 1 ano a 2 anos de idade
- D) 6 meses a 1 ano de idade
- E) 8 meses a 1 ano de idade

74. A Tuberculose é uma doença crônica, normalmente assintomática e debilitante em bovinos e búfalos. Os testes de rotina para o diagnóstico da Tuberculose são:

- A) teste cervical simples, teste de reflexo pupilar e teste de prega caudal
- B) teste cervical comparativo, teste de reflexo pupilar e teste de reflexo anal
- C) teste cervical simples, o teste da prega caudal e o teste cervical comparativo
- D) teste cervical simples, o teste da prega caudal e teste do hidrogênio expirado
- E) o teste da prega caudal e o teste cervical comparativo e teste do hidrogênio expirado

75. Estabelecer boas práticas de manejo e bem-estar animal são fatores de suma importância para o desenvolvimento de suínos em granjas de criação comercial. A densidade na granja deve ser ajustada de acordo com as condições de manejo, ambientais e de comportamento. Para marrãs gestantes em alojamento coletivo, a área útil mínima destinada a cada animal deve ser igual ou superior a:

- A) 1,30 m²
- B) 1,50 m²
- C) 2,50 m²
- D) 3,30 m²
- E) 6,00 m²

76. Na aquicultura, ao final de cada ciclo de produção ou entre gerações, devem ser aplicados protocolos completos de limpeza e secagem das instalações antes do início do novo ciclo de cultivo. Este período é chamado de:

- A) vazio sanitário
- B) criação rotacional
- C) rotação de tanques
- D) quarentena sanitária
- E) desinfecção programada

77. O Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle – (APPCC) – identifica perigos específicos e medidas preventivas para seu controle, objetivando a segurança do alimento, a garantia da qualidade e a integridade econômica. A Análise de Risco consiste na avaliação sistemática de:

- A) ações a serem adotadas quando um limite crítico é excedido
- B) valor ou atributo estabelecido, que não deve ser excedido, no controle do ponto crítico
- C) falhas no cumprimento ou não atendimento de limite crítico, denotando este estar sub ou sobre passado
- D) todas as etapas envolvidas na produção de um alimento específico, desde a obtenção das matérias-primas até o uso pelo consumidor final
- E) procedimentos empregados nas etapas de produção que visam controlar um perigo à saúde, de perda da qualidade ou de sua integridade econômica

78. No caso de contato de cães e gatos não vacinados contra a raiva com morcego positivo para raiva, deve-se:

- A) obrigatoriamente realizar a eutanásia
- B) enviar amostras do sistema nervoso dos cães e gatos para laboratório de diagnóstico oficial
- C) aplicar três doses de vacina antirrábica canina nos dias 0, 7 e 30 e manter em isolamento por 180 dias
- D) aplicar quatro doses de vacina antirrábica canina nos dias 0, 7, 30 e 60 e manter em isolamento por 180 dias
- E) manter em isolamento por 180 dias e aguardar mudança brusca de comportamento e/ou sinais compatíveis com a raiva

79. O Botulismo é uma doença:

- A) sem tratamento específico
- B) infecciosa viral aguda grave
- C) causada por um protozoário
- D) de notificação compulsória imediata
- E) transmitida por toxinas presentes no fluido das vesículas de espécies biunguladas

80. Os sistemas produtivos de avicultura de corte, suinocultura e bovinocultura de corte devem ser monitorados, devido a sua importância social e econômica, a seu nível de consumo pela população, à associação com doenças transmitidas por alimentos e ao uso de antimicrobianos. Dois microrganismos continuam sendo avaliados para o monitoramento da resistência aos antimicrobianos, devido a sua importância como bactérias de origem alimentar, sendo eles:

- A) Salmonella spp e Escherichia coli
- B) Staphylococcus aureus e Salmonella spp
- C) Staphylococcus aureus e Escherichia coli
- D) Clostridium perfringens e Escherichia coli
- E) Listeria monocytogenes e Staphylococcus aureus

RASCUNHO

